

Quem tem vez, quem tem voz?

Inclusão digital e constituição do sujeito-leitor-tecnológico

03/09/2005

Maíra Nunes*

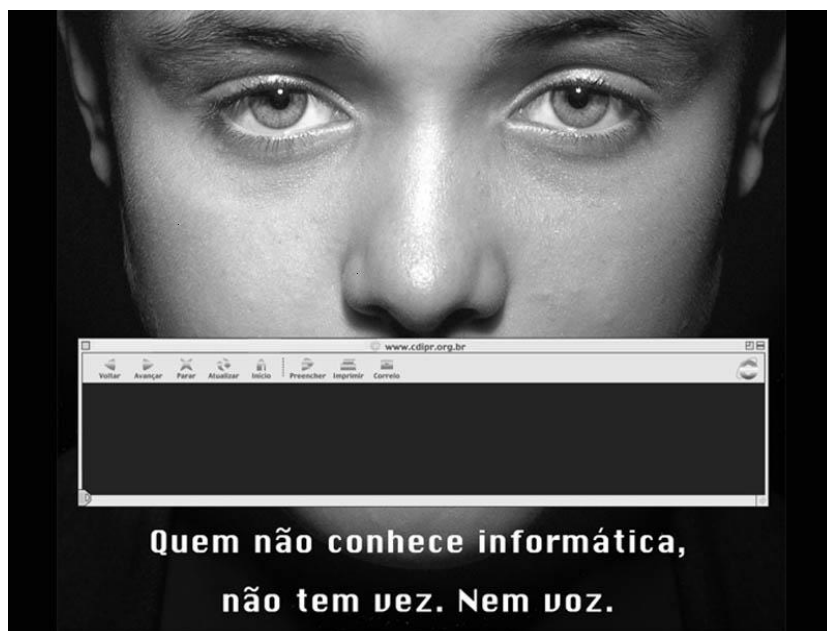
Resumo: Este artigo propõe uma análise discursiva do folder de uma campanha de inclusão digital, verificando aspectos da constituição do leitor tecnológico.

Palavras-chaves: discurso; leitor tecnológico; inclusão digital.

Partindo do entendimento de que não é pertinente naturalizar a relação entre a tecnologia e um novo lugar do texto, queremos estimular um modo crítico e criativo para pensar a textualidade eletrônica na cultura tecnológica contemporânea.

A problemática da alfabetização digital movimenta organizações não-governamentais no Brasil hoje. É o caso do Comitê para Democratização da Informática (CDI) que, através de suas Escolas de Informática e Cidadania (EIC), propõe um projeto de inclusão digital, desde o ano de 1995. Conforme pontua a própria apresentação, a EIC pretende-se um espaço informal de ensino, em parceria com organizações comunitárias, para aliar o acesso às tecnologias da comunicação a uma realidade social da comunidade. Segundo números apresentados pela própria ONG, dezenove estados brasileiros estão contemplados pelo trabalho que desenvolvem. Além da cessão dos computadores, o CDI capacita educadores e afirma um projeto político pedagógico que prega uma interface entre a aprendizagem das ferramentas técnicas e o exercício da cidadania.

A proposta deste artigo é analisar discursivamente o folder divulgado na campanha de inclusão digital realizada pela CDI do Paraná (1), verificando os elementos discursivos que se organizam como dispositivo de constituição de um modelo de leitor tecnológico.



Quando propomos a análise da constituição de um leitor afetado pela textualidade eletrônica (no formato que convencionamos chamar de hipertexto), estamos empregando à leitura o sentido de campo de subjetividade, processo de um sujeito de

linguagem, constituído discursivamente. Bem entendido, a leitura não se restringe à decodificação verbal ou imagética de um indivíduo, mas ao processo de composição de sentido movimentado pelo sujeito constituído discursivamente.

Queremos identificar, no discurso da CDI, relações de força e de resistência a uma cartografia de poder que constitui um sujeito adequado à textualidade eletrônica. Por uma via, localizamos no Comitê a vontade de oferecer, a grupos sociais, o acesso às tecnologias, aliando o aprendizado das ferramentas tecnológicas a características específicas do grupo. Observamos, desse modo, que o que configura os grupos sociais aos quais se dirige o CDI não é um referencial estritamente econômico. As minorias sociais se organizam por laços de identidade: portadores de necessidades especiais; carcerários; índios; moradores de rua.

Segundo Michel Foucault, é possível perceber a emergência de lutas transversais na sociedade hoje. O pensador francês chama de lutas transversais os movimentos de resistência que não estão limitados a um país, nem tampouco a uma forma de governo. São ações que não se enquadram em macro categorias como luta de classes; mas que se constituem no cotidiano e em confronto com instâncias de poder mais próximas e imediatas. Questionam, assim, o estatuto do indivíduo, ou modos coercitivos de composição da identidade. De acordo com Foucault, o Estado moderno constitui uma matriz de individualização, lapidando um modelo de identidade a partir de instituições como a família, a medicina, o direito. É possível, nesta via, perceber resistência à construção de uma identidade nacional, orientada pelo Estado: por exemplo, os movimentos de diversidade sexual que contestam um modelo civil estatal da família como seio social (2).

Sobre a crise da identidade nacional, Canclini disponibiliza uma reflexão inteligente acerca da diminuição de uma identidade organizada pela figura do Estado-Nação, em favor de uma transnacionalização da economia e dos símbolos. Para o autor não é mais possível se posicionar politicamente contestando um lugar de identidade engessado na ficção do nacional. A identidade é um processo dinâmico de trocas e conflitos, e não um corpo homogêneo. No tocante à discussão do pensador latino-americano, importa-nos examinar como a emergência de um cenário político marcado pelo multiculturalismo e pela negociação de símbolos movimenta um processo peculiar de subjetivação (3).

É nesse caminho que nos interessa o discurso de uma entidade sem vínculos estatais que apresenta uma proposta de alfabetização digital. Estamos falando de um movimento que ganha legitimidade social e que, no entanto, se coloca o direito (ou o dever?) de ocupar um lugar que foi da esfera do Estado: interferir no acesso (e orientação) à leitura. Mesmo o modo como se nomeia, Escola de Informática e Cidadania, dá-nos a idéia de educar um leitor tecnológico. A cidadania, materializada no modo como se enuncia a EIC, não se pontua como garantia estatal. No âmbito de uma tradição jurídica, a cidadania vincula-se a uma identidade nacional e ao bem-estar gerido pelo aparelho do Estado: aos direitos e deveres aí inscritos. Num cenário de multiculturalismo e de internacionalização da economia e do direito, há outros significados em movimento, tanto para a identidade, que não está mais condicionada ao nacional, como para a cidadania enquanto prática discursiva.

Aceitamos, com este artigo, o desafio de encontrar, no material de análise, dispositivos políticos de técnicas de si coerentes com um projeto de identidade na cultura tecnológica contemporânea. Projeto que interessa, sobremaneira, à nossa pesquisa, da qual este artigo é parte, e que chamamos de constituição de um sujeito-leitor-tecnológico.

O material de nossa análise, conforme já salientamos, é o folder da campanha de inclusão digital veiculado no site do Comitê de Democratização de Informática do Paraná. A peça que tratamos é composta de uma única folha, formato quadrado, em

escala de cinza. A imagem emoldura um rosto pueril, com enquadramento fechado, remetendo-nos tanto à idéia de aproximação, quanto à de circunscrição desse rosto. Os olhos miram, com intimidade, o espectador. Há uma passividade no olhar. Não são olhos de raiva, nem indicam qualquer laivo de indignação. O gesto de imediação: o oferecimento de um olhar tão próximo (face a face) sugere franqueza e confissão. Como se convidasse o espectador a arrostar uma verdade: encare isso. Uma tarja preta cerra os lábios do personagem anônimo. O desenho da tarja sugere o formato de uma janela de navegação eletrônica, toda ela em cor negra, apenas distinguindo a barra de ferramentas, com os recursos técnicos necessários ao manuseio da leitura eletrônica. É curioso como o apetrecho técnico susta o lugar da fala do personagem. Há uma sobreposição do instrumento à face, como que condicionando o espaço dos dizeres. A barra ali está, oferecendo os utensílios de navegação: voltar; avançar; atualizar; início; preencher; imprimir; correio. Mas o seu desuso provoca um blecaute no espaço da navegação. Não saber dispor dos recursos da textualidade eletrônica interdita a leitura.

O preto é uma cor historicamente marcada pelo medo. Remete à morte (é a cor do luto); antagoniza o branco que é associado à paz. O escuro é o lugar do desconhecido: do que não se deixa ver. Chama atenção, no folder, como o preto ocupa quase uma totalidade: de dentro do navegador (que cala o personagem) ao ambiente estreito que lhe circunscreve. É uma zona de obscuridade que está sendo mapeada. Não ler o eletrônico é estar à deriva no escuro: amedronta. A imagem está numa escala de cinza. Essa monotonia de tons confisca as cores. É o preto no branco: ou isto ou aquilo. Ou se adequa às tecnologias da comunicação, ou está fora da possibilidade de pluralizar sentidos e percepções.

O gesto de calar guarda uma historicidade: a censura nos anos de ditadura militar. O aceno do silêncio nos incomoda sobremaneira, porque traz uma memória de autoritarismo, de ressentimento. Há uma arrogância na imagem do folder: não que ordena o silêncio (censura), mas que controla um lugar da verdade pelo medo de ser calado. Ajuste-se ou cale-se. Queremos saber como se dá o valor do silêncio na constituição do sujeito-leitor-tecnológico.

O folder intimida o espectador pelo medo de ser calado. Ele nos remete à memória de um regime que ordena o silêncio. A censura controla os sentidos pela instituição do que pode ser dito e o mecanismo da proibição do que não deve ser pronunciado. É o ressentimento dos anos de chumbo que provoca um efeito de sentido. Não deixe que te calem, aqui está a ferramenta, qual seja a inserção num regime de informações telemáticas. Estamos na ordem de um outro poder acentral que não atua pelo regime do proibido, mas do permissivo. Adaptar-se ao eletrônico é organizar-se numa rede de informações e sociabilidade: condição do não-silêncio. Interessa-nos, agora, identificar o silêncio (ou sua subtração) na textualidade eletrônica. Orlandi traz uma discussão relevante sobre a rítmica que cadencia os dizeres e o silêncio no processo de significação.

Assim é que vemos a relação entre palavra e silêncio: a palavra imprime-se no contínuo significante do silêncio e ela o marca, o segmenta e o distingue em sentidos discretos, constituindo um tempo (tempus) no silêncio. Podemos enfim dizer que há um ritmo no significar que supõe o movimento entre silêncio e linguagem. (ORLANDI, 1992, p. 25).

É a propósito dessa rítmica que procuramos o movimento do silêncio numa textualidade eletrônica. Estamos falando de um texto que se organiza não enquanto composição de uma obra. O hipertexto é o texto que não se cala. Não há o tempo de findar a obra, o silêncio que o códice nos empresta ao termo de livro. O eletrônico traz uma textualidade cuja referência é a de um tempo-espaço contínuo e sem demarcação de fronteiras. De um texto que se experimenta enquanto continuidade. Onde está o

silêncio nesse arranjo de dizeres? Vamos nos deter na hipermídia enquanto prática de linguagem que se organiza no eletrônico.

A hipermídia, sua vontade da instantaneidade, dá-se numa atualização contínua de informações: o tempo real. O tempo, na esfera eletrônica, não se textualiza enquanto seqüência. O encadeamento de informações não compõe uma escala narrativa que ajusta o seguimento do texto a um sentimento de passagem temporal. O tempo está valorado, sobretudo, como intensão (velocidade), e não como extensão (medida).

Potencializa-se o poder de circulação do texto e, na mesma proporção, sua duração é abreviada.

As informações no texto eletrônico estão dispostas em variados formatos (multimídia), de modo a estimular, além da cognição rápida, a capacidade de ativar diversos canais sensoriais em conjunto, para condição de um maior aproveitamento do texto. O homem é hiper-estimulado, para estar de acordo com a regência temporal das tecnologias. As informações emergem e se refazem simultaneamente. E cada uma delas, em inter-relação com as outras, espera novos sentidos. Há que instigar a atenção para arranjá-las, tecer ligações, encadear. O agenciamento dos estímulos sensoriais (multimídia) para acatar a multiplicidade de informações exige um sujeito versátil. Em outros termos: é preciso excitar o homem, ajustá-lo ao tempo e ao funcionamento das máquinas. Todavia, o excesso de solicitações subtrai a concentração (4).

A questão é: que tipo de modelo democrático quando nos confrontamos com este regime de atenção crispada ou extática sobre um fundo de desatenção permanente, desagregador ou ameaçador, ou quando nos confrontamos com um tempo do valor-informação que não é o tempo da elaboração do saber, confronto dos argumentos ou da deliberação comunitária? (COELHO, 2004, p. 57).

Não podemos deixar de investigar que sujeito é esse que emerge no tempo do valor-informação. Sujeito vexado que não se demora mais sobre o corpo do texto. Confortável às navegações eletrônicas, ao scanner, à varredura dos olhos sobre a tela. O que ele traz, o que coexiste, o que subverte daquele acostumado ao corpo do códice, ao tempo narrativo. Queremos saber de que modo a pressa, e com ela a subtração do silêncio, constitui uma relação outra do homem com o texto. E que gesto de leitura se elabora na prática que chamamos de navegação eletrônica. É nesse sentido que nos detemos, agora, no discurso de um movimento que se propõe a educar essa relação do sujeito com as ferramentas tecnológicas. Queremos identificar no discurso do movimento a constituição conflitiva desse sujeito: em parte o acate as relações de poder que permeiam esse processo, em parte uma resistência a elas.

Voltemos ao folder, ao medo do silêncio e do blecaute. Há uma vontade de ajuste ao lugar da informação, para não cair na escuridão. Abaixo da mordaca que cala o personagem anônimo, temos os seguintes dizeres: "Quem não conhece informática, não tem vez. Nem voz." O quem, pronome indefinido, marca uma generalidade: isso vale para todos. O que desconhece a tecnologia, seja quem for, está à margem. Encontramos, ainda, três partículas negativas no enunciado; um navegador que sela a boca do personagem; um abuso da cor escura. Há uma insistência das negativas e uma interdição pronunciada no folder.

Que efeito de sentido teríamos se o postulado fosse afirmativo: conheça tecnologia, tenha vez. Tenha voz. Por uma via, consideramos que as proposições assumidas enquanto negativas são historicamente marcadas por movimentos de esquerda. O "não" traz um efeito de sentido de resistência a algo estabelecido. Estamos analisando como se enuncia um movimento que prega a inclusão social, lugar de resistência. Contudo, localizamos nessa formação discursiva um gesto peculiar de resistência. Remetendo-nos à discussão de resistência que Foucault levanta, trata-se de um luta que não contesta diretamente macro-esferas do poder. Ela se inscreve num cenário que acarara relações de força pulverizadas no cotidiano. Não há uma afronta ao lugar do poder que movimenta

a informação nas redes tecnológicas (5). O que se disputa é o acesso a essa informação, para que ela não esteja tão cingida a um ambiente de privilégios. E ainda: que esta condição de acesso acate as diferenças tocantes às minorias sociais que o movimento atende. Há relações de identidade em disputa. É preciso, inclusive, observar como a cidadania está relacionada a uma questão de pluralização de identidades no discurso da ONG, já que o Comitê se propõe a fomentar Escolas de Informática e Cidadania que acolham grupos sociais específicos.

É também no lugar dessa resistência que encontramos as tenuidades do poder. Destacamos a apropriação de elementos caros ao discurso publicitário na campanha da ONG, como o tom imperativo com que pontua a necessidade de conhecer informática. É perceptível, do mesmo modo, como a colocação do medo enquanto mecanismo de controle perpassa a imposição de uma necessidade: a de adaptar-se às tecnologias. O enunciado aceita a ordem da tecnologia como lugar indispensável de expressão. É a inabilidade com a máquina que cala o personagem anônimo, impossibilitando sua fala. Ou seja, não dominar a técnica de leitura digital provoca o escuro e o silenciamento.

Há um projeto de identidade circulando na constituição do sujeito das tecnologias. Um sujeito versátil e pouco afeito a fronteiras: cada vez mais resistente a um modelo de identidade homogêneo, à circunscrição de um lugar, de uma Nação.

Perdem forças, pois, os referentes jurídico-políticos da nação, formados na época em que a identidade se vinculava exclusivamente com territórios próprios. Esvaem-se as identidades concebidas como expressão de um ser coletivo, uma idiosincrasia e uma comunidade imaginadas, uma vez pare sempre, a partir da terra e do sangue. A cultura nacional não se extingue, mas se converte em uma fórmula para designar a continuidade de uma memória histórica instável, que se reconstrói em interação com referentes culturais transnacionais. (CANCLINI, 1999, p. 60).

O descentramento, em uma via, é lugar de resistência a um modelo de identidade que era caro à organização do Estado-Nação, mas que agora não mais convence. Nos interstícios dessa resistência, há outras relações de forças disputando um outro lugar da identidade. Estamos falando de um poder sofisticado que controla não pela voz da circunscrição, do interdito, mas pela sedução e permissividade. É pertinente observar de que modo o capitalismo interfere na produção de novas formas de subjetivação. O cenário político de internacionalização legitima uma esfera de poder engenhosa e discreta, acentral e confortável com a dispersão. O mercado está em todo lugar. Não é centralizado como o Estado.

Há um cenário de tensão em torno de um projeto de identidade. Acreditamos que a constituição do sujeito-leitor-tecnológico é parte desse processo. É nessa perspectiva que estamos pensando o discurso de um movimento que emerge a partir de uma política das tecnologias. Muitas questões daí se desdobram, sobretudo porque politizar as tecnologias não é oferecer ferramentas de acesso a códigos e informações, nem apenas fazer funcionar o sistema. Por hora acaramos os olhos do personagem anônimo, mudo e envolto no escuro, no folder do Comitê de Democratização de Informática do Paraná. Perguntamos se ele quer ser apenas mais um alfabetizado, ou se é possível extrair dos instrumentos informáticos potenciais criativos. Para que não seja suficiente que a máquina funcione, mas que ela possa, talvez, ser reinventada.

Queremos compreender nos movimentos de inclusão digital, como o do CDI, discursos cuja análise é pertinente, porque abrem caminhos para um pensamento crítico responsável. Para entender, sobretudo, em que lugar está a resistência num campo de posicionamentos híbridos, cuja lógica da dispersão nos parece, por vezes, tão embaraçosa.

Notas

(1) www.cdipr.org.br/comunicacao/download.htm

(2) FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Huber L. & RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

(3) CANCLINI, Néstor García. Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

(4) Uma das patologias da contemporaneidade é conhecida como Hiperatividade, ou DDA (Distúrbio de Déficit de Atenção), que é, em linhas bem gerais, desencadeada pelo exagero de estímulos e a dificuldade de dirigir a atenção para uma atividade.

(5) Um dos patrocinadores do Comitê é a Microsoft, empresa de software privado responsável pelo Windows, sistema operacional mais consumido no mundo.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. (1929) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. M. Lahud & Y. Frateschi Vieira. São Paulo, Hucitec, 1988.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

COELHO, Eduardo Prado. *O fio da modernidade*. Lisboa: Ed. Notícias, 2004.

DERRIDA, Jacques. *Papel-Máquina*. Tradução de Evandro Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, Huber L. & RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica. (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Microfísica do Poder*. Org. e tradução de Roberto Machado. RJ: Ed. Graal, 1993.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na construção da análise de discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discursos: Princípios e procedimentos*. Campinas: Ed. Pontes, 1999.

_____. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

PÊCHEUX, Michel. *Discurso – Estrutura ou Acontecimento*. Tradução Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

SIBILIA, Paula. *O Homem Pós-Orgânico. Corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. RJ: Redume Dumará, 2002.

SOUZA, Tânia. A análise do não-verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. In: RUA – Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp. Campinas, SP, n.7, março 2001.

***Maíra Nunes** é Mestre em Comunicação, Imagem e Informação pela Universidade Federal Fluminense. Graduiu-se em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela UFPB.